



SNBU 2025

XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 1 – Biblioteca e Sociedade

Visibilidade da literatura indígena nas bibliotecas universitárias do Brasil

Visibility of Indigenous Literature in Brazilian University Libraries

Raquel Santos Maciel – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) -
raquelmacielfam@gmail.com

Crislaine Emmanuely Gonçalves de Araújo – Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar) - cegaraujo@estudante.ufscar.br

Leandro Innocentini Lopes de Faria – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) -
leandro@ufscar.br

Resumo: Este artigo analisa a presença da literatura indígena nas bibliotecas das universidades federais do Sudeste brasileiro, tomando como referência a Bibliografia de Publicações Indígenas do Brasil. Fundamentado em autores que discutem literatura indígena, ações afirmativas e o papel social da biblioteca universitária, o estudo adota abordagem quantitativa, exploratória e documental para mapear obras de autoria indígena nesses acervos. Os resultados revelam a necessidade de políticas sistemáticas de aquisição e adequação curricular e busca ampliar a reflexão do papel estratégico das bibliotecas universitárias na promoção de epistemologias plurais.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias. Povos indígenas. Literatura indígena.

Abstract: This article analyzes the presence of indigenous literature in the libraries of federal universities in southeastern Brazil, using the Bibliography of Indigenous Publications of Brazil as a reference. Based on authors who discuss indigenous literature, affirmative action, and the social role of university libraries, the study adopts a quantitative, exploratory, and documentary approach to map works by indigenous authors in these collections. The results reveal the need for systematic acquisition and curricular adaptation policies and seeks to broaden the reflection on the strategic role of university libraries in promoting plural epistemologies.

Keywords: Academic libraries. Indigenous peoples. Indigenous literature.





1 INTRODUÇÃO

A cultura brasileira carrega profundas marcas do processo de colonização, que resultou no apagamento sistemático das tradições e saberes originários. A cultura indígena, em particular, foi historicamente marginalizada, sendo sua produção cultural, especialmente a literária, desconsiderada até o presente. Diferentemente dos moldes ocidentais de escrita, a literatura indígena tradicionalmente se constituiu por meio da oralidade. Como destaca Silva (2018, p. 159):

Esse fazer literário incorpora toda a cosmologia indígena, bebe da imensa e simbólica fonte dos mitos, cantos, poemas e saberes ancestrais, que mesmo entrando em um processo de transcrição, editoração e publicação, é fortemente marcada por narrativas com traços de oralidade, e que se coloca como instrumento de conscientização, formação, força e liberdade.

Ao longo dos séculos, em meio a um processo de miscigenação marcado por imposições e silenciamentos, os povos indígenas têm reivindicado o direito de narrar suas próprias histórias por meio da escrita. Essa prática não apenas fortalece e preserva seus saberes, memórias e cosmovisões, como também reafirma sua autonomia narrativa. Ao ocupar esse espaço de autoria, dispensam intermediários — aqueles que, historicamente, falaram em seu nome ou atribuíram legitimidade à sua voz (Pizarro *apud* Costa, 2021).

A legislação brasileira, em especial a Constituição Federal de 1988, a Lei 11.645/2008 e a ampliação das Políticas de Ações Afirmativas - conquistas viabilizadas por meio dos movimentos sociais, especificamente o movimento indígena - tem desencadeado transformações sociais e políticas no Brasil, sendo fundamental para a afirmação da identidade indígena (Baniwa, 2009).

A Lei 11.645/2008 pode ser considerada um marco na história da educação brasileira, na medida em que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos das escolas públicas e privadas (Brasil, 2008). Pode-se afirmar que essa legislação tem o potencial de ampliar as possibilidades de visibilidade das produções culturais e intelectuais dos povos originários, incentivando também sua presença em diferentes espaços acadêmicos.

No ambiente da academia, tal legislação está diretamente relacionada às transformações decorrentes das políticas afirmativas, que vêm ampliando significativamente o acesso de estudantes indígenas ao ensino superior. Esse processo



tem impulsionado a construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos e a possibilidade de fortalecimento de outras epistemologias, entre elas os saberes indígenas, tradicionalmente marginalizados nos espaços institucionais (França; Macedo, 2022).

Apesar do caráter normativo da legislação, observa-se ainda um atraso significativo na sua implementação, sobretudo no que se refere à presença de obras literárias de autoria indígena nos currículos e acervos escolares e universitários. A efetivação da lei exige não apenas mudanças curriculares, mas também uma revisão crítica dos materiais didáticos e das práticas pedagógicas, de modo a romper com a invisibilização histórica dos saberes indígenas (Lima; Carie, 2013).

Como afirma Santos (2011, *apud* Dorrico; Danner, 2018), os currículos universitários ainda se alicerçam em tradições históricas que perpetuam formas de exclusão, mesmo diante de políticas de ingresso e permanência como as Políticas de Ações Afirmativas. Assim, os currículos vigentes provocam um afastamento e não a inclusão efetiva desses sujeitos, pois impede que tanto estudantes indígenas quanto não indígenas reconheçam, na formação complexa da identidade nacional, o sujeito negro, indígena e outras minorias.

A escassa presença da literatura indígena nos currículos relaciona-se à falta de acesso às obras de autoria indígena nas bibliotecas universitárias. A Resolução n. 246/2021 do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) determina que essas bibliotecas devem promover a difusão do conhecimento (art. 2º, §2º) e disponibilizar bibliografias alinhadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (art. 2º, §5º), em conformidade com a legislação educacional (CFB, 2021).

Portanto, observa-se que, na prática, os acervos das bibliotecas universitárias refletirão a lógica excludente dos currículos, com baixa representatividade de obras de autores indígenas. Para estudantes indígenas que ingressam por meio de ações afirmativas encontrar suas culturas, línguas e histórias representadas nos acervos é essencial para fortalecer o sentimento de pertencimento (Ferreira *et al.*, 2022, p. 3).

A biblioteca universitária, em seu papel de mediadora da informação, ainda não tem exercido de forma plena sua responsabilidade na promoção de saberes e expressões culturais que fogem à matriz eurocêntrica. Apesar das diretrizes normativas indicarem a necessidade de construir espaços informacionais mais inclusivos e



democráticos, é nítido uma carência de ação deliberada na seleção de acervos e na valorização ativa de vozes e saberes originários. Para que sua função social seja efetivamente cumprida, é necessário ir além de um repositório técnico e eurocentrado, assumindo um papel mais engajado na promoção de diálogos interculturais (Santos; Gomes; Duarte, 2014).

As autoras destacam a biblioteca universitária como um “dispositivo informacional” estratégico, capaz de mediar informações e formar sujeitos críticos e participativos. Para isso, deve revisar constantemente suas práticas, alinhando-se às mudanças sociais e educacionais, a fim de garantir acesso equitativo ao conhecimento e valorizar a diversidade cultural.

A literatura indígena contemporânea, representada por autores como Daniel Munduruku, Eliane Potiguara e Ailton Krenak, surge como instrumento de resistência e afirmação identitária, desafiando o cânone eurocêntrico. Nas universidades, contudo, o conhecimento sobre povos originários ainda é majoritariamente subsidiado por romances indianistas como os de José de Alencar, que, apesar de sua importância histórica, perpetuam uma visão idealizada e estereotipada dos indígenas, silenciando suas vozes autênticas (Dorrigo, 2017).

Em contrapartida, a literatura escrita pelos autores indígenas, que traz relatos sobre suas vivências, culturas e formas de ver o mundo, ainda ocupa um espaço pequeno no ensino superior e, conseqüentemente, nas bibliotecas universitárias. Essa diferença mostra que o apagamento das produções indígenas continua acontecendo e aponta a necessidade de repensar os critérios usados na escolha dos livros que compõem os acervos acadêmicos (Danner; Dorrigo; Danner, 2022).

Considerando que as bibliotecas universitárias funcionam como centros de apoio à pesquisa e à formação crítica, sua responsabilidade na democratização do acesso à produção literária indígena, bem como na criação de serviços que atendam à diversidade de públicos presentes nos espaços universitários, é crucial (Zaninelli, 2025).

A escassez dessas obras nos acervos reforça o silenciamento epistemológico e limita o diálogo intercultural no ambiente acadêmico. Assim, propõe-se investigar: em que medida a literatura indígena está presente nos catálogos das bibliotecas universitárias brasileiras?



Com o avanço das ações afirmativas e o crescente ingresso de estudantes indígenas nas universidades brasileiras, surge a necessidade de refletir sobre como os acervos das bibliotecas universitárias têm se adequado a esse novo cenário.

Este artigo realiza um levantamento de obras indígenas nos acervos das bibliotecas universitárias federais do Sudeste, utilizando como referência a Bibliografia das Publicações Indígenas do Brasil (Wikilivros, 2024). O estudo visa mapear a disponibilidade e diversidade dessas obras, identificando lacunas e possibilidades para ampliar o acesso à produção intelectual indígena, mediante buscas sistemáticas nos catálogos online das instituições.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa, de caráter quantitativo, exploratório e documental, teve como amostra as dezenove (19) universidades federais da Região Sudeste brasileira cujas bibliotecas universitárias foram analisadas nesta pesquisa, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Universidades Federais da Região Sudeste Pesquisadas

N.º	Nome da Instituição	Sigla	Estado
1	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ
2	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ
3	Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ
4	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ
5	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES
6	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG
7	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG
8	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG
9	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG
10	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG
11	Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ	MG
12	Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG
13	Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG
14	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG
15	Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	MG
16	Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG
17	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP
18	Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP
19	Universidade Federal do ABC	UFABC	SP

Fonte: Dados da pesquisa (2025).



Descrição: Quadro com as universidades federais da Região Sudeste do Brasil, sendo suas bibliotecas o foco desta pesquisa, com as siglas das instituições e dos estados onde cada universidade está localizada.

A Bibliografia das publicações indígenas do Brasil, Lista Geral de Publicações (ordenada pelo nome do autor) disponível no Wikilivros, foi utilizada como parâmetro para a identificação da literatura indígena brasileira. Nessa Bibliografia, foram identificados, no momento da realização desta pesquisa, o total de duzentos (200) títulos de autores indígenas brasileiros. Esse trabalho é fruto da dissertação de mestrado da bibliotecária e pesquisadora Aline da Silva Franca (Franca, 2016), em parceria com o escritor indígena Daniel Munduruku e o bibliotecário Thulio Dias (WIKILIVROS, [s.d.]).

O procedimento de coleta de dados compreendeu a busca pelos títulos da referida bibliografia nos catálogos das dezenove bibliotecas universitárias federais da amostra, com o intuito de ter um panorama da presença da literatura indígena nos acervos das bibliotecas universitárias.

O levantamento foi realizado no mês de junho de 2025, a partir de busca individualizada, por título e autor, nos catálogos públicos das respectivas bibliotecas universitárias. Os termos de busca foram extraídos diretamente da bibliografia de referência, respeitando a grafia original dos títulos. Utilizou-se uma planilha em Excel onde foram listados os duzentos títulos da bibliografia na coluna A e as siglas de cada universidade nas demais colunas. Para cada obra registrou-se a sua presença na planilha conforme a universidade.

Os dados obtidos foram analisados de forma quantitativa, visando identificar a proporção de títulos indígenas presentes em cada biblioteca, bem como possíveis padrões de distribuição regional. Complementarmente, considerou-se os currículos e o porte orçamentário das instituições, com base nos dados disponibilizados pelo Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Centro SoU_Ciência), a fim de relacionar a presença das obras com aspectos estruturais das universidades.

A etapa do levantamento bibliográfico e documental, para a fundamentação teórica, foi realizada em bases nacionais como: SciELO, Brapci, OpenAlex e Google Acadêmico, utilizando-se termos como: literatura indígena, bibliotecas universitárias, interculturalidade, ações afirmativas e as legislações específicas sobre ações afirmativas, com o intuito de fundamentar o tema proposto neste estudo: a ampliação da presença



indígena nas universidades brasileiras e a literatura indígena nas bibliotecas universitárias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena no Brasil alcançou 1.694.836 pessoas, representando 0,83% da população total do país. Tendo um crescimento de 88,8% em relação ao Censo de 2010, resultado de avanços metodológicos, como a ampliação da pergunta “Você se considera indígena?” para além das Terras Indígenas e o uso de cartografia participativa. Em termos de distribuição geográfica, os dez Estados brasileiros com maior presença indígena são: Amazonas: 490.935, Bahia: 229.443, Mato Grosso do Sul: 116.469, Pernambuco: 106.646, Roraima: 97.668, Pará: 80.980, Mato Grosso: 58.356, Maranhão: 57.166, Ceará: 56.372, São Paulo: 55.331 (IBGE, 2022).

Para a identificação do número de vagas nas universidades federais, com vistas a atender às Políticas de Ações Afirmativas, tem-se o seguinte retrato por região: Nordeste: 762, Norte: 700, Centro-Oeste: 469, Sudeste: 425, Sul: 248, utilizou-se os dados do Observatório Indígenas e Quilombolas no Ensino Superior (OBIQUES). Vê-se que as universidades das regiões Norte e Nordeste são, aparentemente, as que apresentam o maior número de vagas disponíveis para atender as políticas de ações afirmativas. No entanto, esses números são aproximados, pois, segundo o levantamento de dados do grupo OBIQUES, alguns editais consideram o grupo étnico-racial como um grupo só: pretos, pardos e indígenas e, por isso, não foi possível identificar o número exato de vagas pelo critério indígena (Medaets *et al.*, 2024).

Sobre o orçamento (assistência estudantil e infraestrutura/investimento) destinados às universidades federais, obteve-se os seguintes dados, por região (valores em reais): Nordeste: 414.284.504,85, Sudeste: 355.154.678,70, Sul: 228.144.448,62, Norte: 141.378.064,31, Centro-Oeste: 132.249.784,20, tais dados foram coletados na plataforma do Centro SoU_Ciência (UNIFESP, [s.d.]).

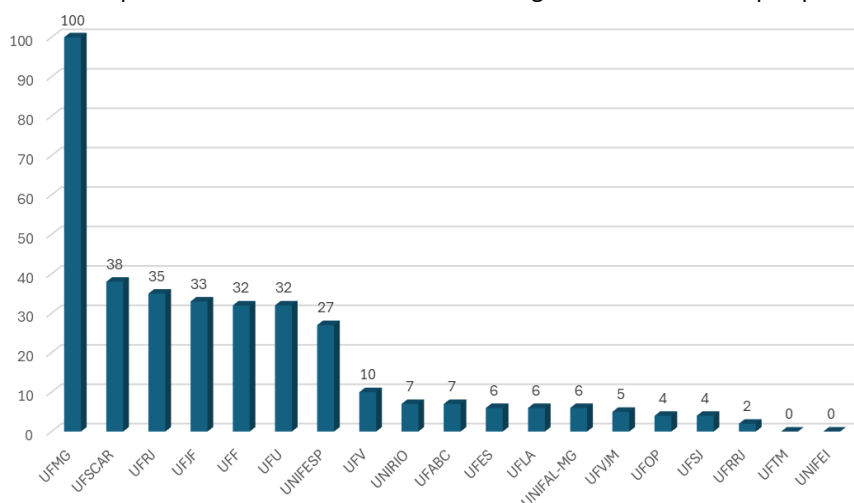
No que diz respeito aos sistemas de gerenciamento de acervo, a amostra caracteriza-se da seguinte forma: doze (12) catálogos consultados eram gerenciados

pelo Sistema Pergamum (UFF, UFRRJ, UFES, UFMG, UFOP, UFMV, UFSJ, UFV, UFLA, UFJF, UNIFESP, UFSCAR), cinco (05) catálogos gerenciados pelo sistema Sophia (UNIRIO, UFU, UFTM, UNIFAL-MG, UFABC), um (01) catálogo gerenciado pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) (UNIFEI) e um (01) pelo Aleph (UFRJ).

Sobre a Bibliografia das Publicações Indígenas do Brasil, foram identificados duzentos (200) títulos, sessenta e sete (67) autores, dos quais sessenta e três (63) autores indígenas e trinta e uma (31) etnias, que se localizam em todas as regiões do Brasil (ISA, [s.d.]).

O Gráfico 1, a seguir, apresenta o resultado sobre a presença da literatura indígena nas bibliotecas universitárias federais da Região Sudeste do Brasil.

Gráfico 1 – quantidade de títulos de literatura indígena nas bibliotecas pesquisadas.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Descrição: A imagem consiste em um gráfico de barras horizontal com as barras na cor azul e linhas de grade no fundo. O eixo vertical apresenta números que vão de 0 a 100 e no eixo horizontal estão dispostas as siglas das dezenove universidades federais onde estão localizadas as bibliotecas estudadas, com o quantitativo de títulos na parte superior.

Dos 200 títulos pesquisados, a biblioteca universitária da UFMG foi a que apresentou o maior número de títulos em seu acervo, com 100 títulos disponíveis ou 50% do total. É importante ressaltar que na busca nos catálogos, em alguns casos, foram encontrados outros títulos dos mesmos autores pesquisados ou de outros autores indígenas, no entanto, esses achados não foram expressivos.

Infere-se que esse resultado significativo pode ser devido aos currículos dos cursos da UFMG como, por exemplo, os cursos de Antropologia, Arquivologia,



Biomedicina, Ciências Socioambientais e História, em nível de graduação, e em nível de pós-graduação o mestrado em rede Sociedade, Ambiente e Território, que apresentam disciplinas e ementas relacionadas aos estudos sobre povos originários, conhecimentos tradicionais e decolonialidade do saber (UFMG, [s.d.]).

Além disso, outro ponto a ser destacado na análise desse resultado é o orçamento destinado à UFMG na rubrica infraestrutura/investimento que é o maior em comparação às demais universidades federais, em torno de dez milhões e meio de reais (UNIFESP, [s.d.]), esse aspecto pode impactar a aquisição de material bibliográfico para o acervo da biblioteca, visto a demanda curricular.

As demais bibliotecas universitárias com maior expressividade de literatura indígena em seu acervo: UFSCAR, UFRJ, UFJF, UFF, UFU e UNIFESP apresentaram, em média, 32 títulos ou 16% do total da Bibliografia, apesar de todas ofertarem editais específicos para atender as Políticas de Ações Afirmativas, no entanto, apenas nos editais da UFSCAR foi possível identificar o quantitativo de vagas considerando o critério indígena (65 vagas) (Medaets *et al.*, 2024).

Ademais, houve um padrão no que diz respeito a determinados autores indígenas encontrados nos catálogos, aqueles mais conhecidos como Ailton Krenak e Daniel Munduruku, visto que a presença de autores indígenas no cenário literário nacional tem crescido e um marco importante foi a entrada de Ailton Krenak na Academia Brasileira de Letras em abril de 2024, tornando-se o primeiro indígena a ocupar uma das cadeiras na instituição (FUNAI, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados nesta pesquisa revelam uma baixa presença da literatura indígena nos acervos das bibliotecas universitárias federais da Região Sudeste do Brasil, mesmo com o avanço das políticas de ações afirmativas. A atividade de busca sistemática dos títulos listados na Bibliografia das Publicações Indígenas do Brasil, evidenciou que a maioria das bibliotecas possuem um número muito reduzido de títulos de autoria indígena. O gráfico apresentado reforça esse diagnóstico: das dezenove instituições analisadas, apenas a UFMG se destaca com 100 títulos, enquanto as demais apresentam quantitativos muito baixos ou inexistentes, como a UFMT e a UNIFEI.



O procedimento metodológico, que consistiu na consulta manual aos catálogos online de cada biblioteca, embora eficaz para um panorama inicial, encontrou limitações importantes, como a inexistência de campos que identifiquem claramente a autoria e a literatura indígena nos registros bibliográficos.

Esses resultados apontam uma lacuna institucional que vai além da gestão bibliográfica, revelam um desalinhamento entre as políticas de ações afirmativas e as práticas efetivas de inclusão cultural no ambiente acadêmico. Ainda que a luta do movimento indígena brasileiro tenha influenciado a criação de legislações voltadas à valorização da diversidade cultural e epistêmica, a sua literatura permanece invisível nos acervos das bibliotecas universitárias, o que impacta negativamente na construção de uma formação intercultural.

Como proposta para trabalhos futuros, destaca-se a possibilidade de ampliar o escopo da pesquisa para outras regiões do país, para verificar se os dados observados no Sudeste se confirmam em diferentes contextos acadêmicos. Além disso, a pesquisa pode ser retomada a partir de outros enfoques, integrando análises e dados qualitativos que revelem não apenas a quantidade de obras disponíveis, mas também sua relevância na formação acadêmica, sua circulação e o reconhecimento institucional dessas produções.

Conclui-se, portanto, que a visibilidade da literatura indígena nas bibliotecas universitárias ainda é limitada, mas sua ampliação é urgente e necessária para que esses espaços cumpram efetivamente uma função social, inclusiva e educativa, contribuindo para um ambiente acadêmico mais democrático.

REFERÊNCIAS

BANIWA, G. Indígenas no ensino superior: novo desafio para as organizações indígenas e indigenistas no Brasil. In: SMILJANIC, M. I.; PIMENTA, J.; BAINES, S. G. (org.). **Faces da indianidade**. Curitiba: Nexo Design, 2009. p. 187-202. Disponível em: [https://www.academia.edu/224306/Faces da Indianidade](https://www.academia.edu/224306/Faces_da_Indianidade). Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em:



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 21 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). Resolução CFB nº 246, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas universitárias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2 dez. 2021. p. 195. Disponível em: <https://repositorio.cfb.org/bitstream/123456789/1378/1/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20246%20Biblioteca%20Universit%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

COSTA, M. A. P. R. Edições de literatura indígena no Brasil: visibilidades e opacidades. **Gutenberg**: Revista de Produção Editorial, Santa Maria, RS, v. 1, n. 1, p. 76-97, jan./jun., 2021. Disponível em: periodicos.ufsm.br/gutenberg. Acesso em: 25 jun. 2025.

DANNER, L. F.; DORRICO, J.; DANNER, F. Da literatura indianista à literatura indígena: sobre a imagem, o lugar e o protagonismo indígena em termos de constituição da identidade cultural brasileira. **Rapsódia**: Revista de Filosofia e Estudos de Cultura, São Paulo, n. 15, p. 84-119, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9772.i15p84-119>. Acesso em: 21 jun. 2025.

DORRICO, J. Literatura indígena e seus intelectuais no Brasil: da autoafirmação e da autoexpressão como minoria à resistência e à luta político-culturais. **Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 11, n. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15969>. Acesso em: 20 jun. 2025.

DORRICO, J.; DANNER, L. F. A palavra da tradição oral à tradição escrita: a literatura indígena na universidade do século XXI. **Muitas Vozes**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 75-98, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/12145>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FERREIRA, S. L. S.; *et al.* O papel social da biblioteca universitária: percepções dos bibliotecários do SIB-UFRPE sobre ações afirmativas para inclusão de estudantes indígenas e quilombolas. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 29., 2022, [online]. **Anais** [...] São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2518/2577>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FRANCA, A. S. **Do cocar ao catálogo**: a representação bibliográfica da autoria indígena no Brasil. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11150?show=full>. Acesso em: 25 jun. 2025.

FRANÇA, D.; MACEDO, J. M. Desigualdade social e racial na política de ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a questão indígena. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. e-641, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rtps/article/view/641>. Acesso em: 25 jun. 2025.



FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). **Ailton Krenak é o primeiro indígena a se tornar “imortal” da Academia Brasileira de Letras.** Brasília: Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/ailton-krenak-e-o-primeiro-indigena-a-se-tornar-2018imortal2019-da-academia-brasileira-de-letras?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 20 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos indígenas no Brasil.** Disponível em: https://www.pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 28 jun. 2025.

LIMA, P. L.; CARIE, N. S. Narrativas Maxakali: possibilidades para o ensino de cultura e história indígena. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 41-62, set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/edur/a/c5tYdzNTJwm35N3HBGdxSC/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MEDAETS, C. V.; ROMERO, M. R.; HÂNCIO, L. F. M.; ARRUTI, J. M. P. A.; FERREIRA, L. **Observatório indígenas e quilombolas no ensino superior (OBIQUES):** repositório de dados de pesquisa da Unicamp, v. 2. Campinas: Unicamp, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.25824/redu/55WHP2>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SANTOS, R. R.; GOMES, H. F.; DUARTE, E. N. O papel da biblioteca universitária como mediadora da informação para construção de conhecimento coletivo. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, abr. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35415>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SILVA, R. S. Indígenas por eles mesmos: engajamento, oralidade e escrita na literatura de autoria indígena. **Grau Zero: Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas, BA, v. 6, n. 2, p. 157–177, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/6100>. Acesso em: 21 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Cursos de graduação e pós-graduação.** Belo Horizonte: UFMG, [s.d.]. Disponível em: <https://ufmg.br/cursos>. Acesso em: 28 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). Centro SoU_Ciência. **Orçamento das universidades federais.** São Paulo: UNIFESP, [s.d.]. Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/dados-fctesp/orcamento-universidades-federais/investimentos-das-universidades>. Acesso em: 25 jun. 2025.

WIKILIVROS. **Bibliografia das publicações indígenas do Brasil/Lista Geral de Publicações (ordenada pelo nome do autor).** Wikilivros, 2024. Disponível em: https://pt.wikibooks.org/wiki/Bibliografia_das_publica%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%A



[Dgenas do Brasil/Lista Geral de Publica%C3%A7%C3%B5es \(ordenada pelo nome do autor\)](#). Acesso em: 21 jun. 2025.

ZANINELLI, T. B. Biblioteca comunitária vs universitária e as políticas de cotas indígenas: relato de experiência no contexto do Instituto de Psicologia da UFRGS. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, e-144255, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/kr3CRwsNfn3XKKXxjFVf8GP/?format=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.